

Constituinte deve votar hoje as emendas

Se não houver solicitação contrária das lideranças partidárias, a Constituinte deverá começar a votar, hoje à tarde, as emendas



apresentadas ao Projeto Constitucional aprovado, ontem, globalmente, sem prejuízo dos seus destaques. Foram destacadas emendas de vários tipos e outras propondo o restabelecimento do texto original de dispositivos do Projeto resultante do primeiro turno e cuja redação tenha sido modificada pelo relator Bernardo Cabral, com prejuízo do seu conteúdo.

A votação será artigo por artigo, na ordem crescente da sua numeração, enquanto o exame das emendas obedecerá o critério da apresentação dos seus pedidos de destaque. Será votada em primeiro lugar a emenda mais abrangente e cujo destaque tenha recebido o número mais baixo no protocolo do que as demais propostas sobre o mesmo assunto.

As emendas serão aprovadas pelo voto de, no mínimo, 280 constituintes, **quorum** difícil de reunir sem ser através de acordo entre as lideranças partidárias. A votação das emendas propondo o restabelecimento da redação original adotada no primeiro turno será simbólica, sem utilização do painel eletrônico, e serão consideradas aprovadas pelo voto da maioria simples, presentes 280 parlamentares e assegurado o pedido de verificação de **quorum** com apoio dos líderes.

Votação

As emendas supressivas serão apreciadas de acordo com a ordem numérica dos artigos. Na votação será respeitado o critério da abrangência e protocolo. Será considerada aprovada a emenda que atingir o **quorum** mínimo de 280 parlamentares. Se for rejeitada, será

Gerdau propõe auditoria

Porto Alegre — Uma auditoria independente. Esta é a proposta que o presidente do grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter, fez ontem à Constituinte, como forma de os parlamentares, avaliarem «a dimensão econômica das decisões até agora tomadas e definindo quem as pagará».

O empresário Jorge Gerdau entende que somente com a nomeação dessa auditoria independente poderia se «reduzir a emocionalidade dos debates» que vem sendo travados em torno das consequências das decisões do primeiro tur-

apreciada a seguinte sobre o mesmo assunto. Essas emendas podem ser modificadas mediante fusão, que estarão sendo negociadas a partir de hoje cedo pelos líderes partidários. Encerrada a votação das supressivas e das que propõem o restabelecimento da redação aprovada no primeiro turno, serão apreciadas, simbolicamente, as emendas destinadas a corrigir omissões, erros ou contradições. A votação simbólica dispensa o painel eletrônico e não exige **quorum** qualificado de 280 constituintes, sendo verificada visualmente por Ulysses Guimarães. Os que estiverem contra a proposta levantam o braço e, se forem maioria, a emenda é derrotada.

Imperfeições

Já as emendas destinadas a corrigir imperfeições gramaticais serão votadas juntamente com a redação final do Projeto aprovado em segundo turno. Depois, a matéria será encaminhada à comissão de redação, integrada por constituintes designados por Ulysses Guimarães, incluindo o relator. Em seguida à publicação do texto no **Diário da Constituinte**, será marcada sessão de votação nas 24 horas seguintes. Nessa ocasião, estarão também sendo votadas as emendas de redação. O processo praticamente não oferece condições de modificação do projeto aprovado sem o respaldo dos acordos entre as lideranças partidárias. Diante disso, deverão ser aprovadas poucas modificações no texto, que tem cerca de 90% dos seus dispositivos aprovados mediante acordos firmados no primeiro turno.

Foram apresentados 1.744 destaques. Com a possibilidade de reunião de emendas e ficando prejudicados os demais destaques no caso da aprovação de um mais abrangente, os constituintes acreditam que o segundo turno poderá acabar em agosto.

no. Além das informações que os parlamentares poderiam receber, o presidente do grupo Gerdau apontou outra vantagem da auditoria: «O povo poderá julgar quem está com a razão neste debate».

Gerdau — em entrevista que concedeu em Porto Alegre — observou que a auditoria poderia ser realizada em poucos dias, preocupando-se somente com as linhas gerais e as consequências macro-econômicas das decisões dos constituintes. Por isso, acrescentou, não seria necessária a suspensão dos trabalhos de votação.



A reunião entre os líderes do PMDB, PDS, PFL e PTB pouco avançou para um acordo amplo

PMDB não negocia avanço social

O PMDB não aceita negociar a supressão de jornada corrida de seis horas, os dispositivos que tratam do direito de greve aos trabalhadores e servidores públicos, o fim dos contratos de risco e pontos referentes à reforma tributária, como a possibilidade dos Estados instituírem um adicional de 5% sobre o Imposto de Renda, incidentes sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital. A posição foi manifestada ontem pelo líder do partido, deputado Nelson Jobim, aos representantes do PFL, PDS e PTB, que pretendiam negociar a revisão de cerca de 60 dispositivos antes da votação do projeto de Constituição. Apesar do PMDB acatar 20, das quase 60 alterações propostas, os representantes dos três partidos não gostaram do resultado das discussões.

«A conversa não resolveu nada», afirmou o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), que está negociando em nome do PDS. «O

que foi aceito pelo PMDB já estava acordado», acrescentou o deputado Inocêncio Oliveira, vice-líder do PFL. Nem mesmo a proposta do deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), de concentrar em uma semana a votação dos pontos polêmicos foi aceita nas conversações de ontem. «O deputado Nelson Jobim informou-me que as esquerdas não concordam com a proposta», afirmou Ponte, no início da tarde.

Alterações

A mesma relação entregue ao PDS, PFL e PTB, onde o PMDB manifesta sua posição sobre as alterações propostas, foi distribuída aos líderes dos partidos de esquerda e centro-esquerda. O PMDB aceita remeter para a lei a licença paternidade; suprimir a moção de censura para ministros; a estabilidade aos servidores públicos com mais de cinco anos; a aposentadoria aos servidores públicos, segundo as leis que melhor os beneficiem, e as anistias fiscal e creditícia, entre outros pontos. A prisão apenas em

flagrante delito ou por ordem judicial está sendo reexaminada pelo partido, assim como os dispositivos que tratam do tabelamento de juros em 12% ao ano e da comercialização de derivados de sangue, entre outros. O voto aos 16 anos é questão aberta para os peemedebistas.

A disposição do PMDB e dos partidos de esquerda e centro-esquerda, de votar o projeto de Constituição de forma global, independente de negociações prévias, foi reiterada ontem pela manhã. O deputado Inocêncio Oliveira protestou, ao deixar a liderança do PMDB, considerando «anti-democrática» a posição. Mas a certeza de que o projeto seria aprovado foi manifestada antes mesmo da votação, pelo líder do PFL, deputado José Lourenço. Dirigindo-se ao deputado Domingos Leonelli (sem partido-BA), ele afirmou: «Vocês vão ganhar hoje, mas não sei por quanto tempo».

Planalto arma esquema para a etapa final

O ministro João Batista de Abreu, da Secretaria de Planejamento, e o consultor-geral da República, Saulo Ramos, estão com a responsabilidade de uma missão quase impossível dentro do Governo: acompanhar, analisar e subsidiar as lideranças constituintes na discussão das questões econômicas de interesse do Governo.

Esse trabalho está sendo coordenado pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, com o apoio dos subchefes de Gabinete, Henrique Hargreaves e Maurício Vasconcelos. Foi iniciado ontem mesmo com a interpretação das repercussões da fala do Presidente, divulgada pelos jornais.

Daqui para a frente, até se chegar ao texto final da Constituição, o Governo vai garimpar cada emenda ou destaque de seu interesse que vier a ser votado, disse uma fonte da Presidência, confirmando o começo desse trabalho ontem.

Sigilo

O Gabinete Civil não deseja, entretanto, ver esse trabalho divulgado por antecipação. Por essa razão, o ministro Ronaldo Costa Couto procurou evitar ontem que a imprensa tivesse acesso ao grupo que estava reunido em seu gabinete. No exato momento do encerramento da reunião, o Gabinete Civil anunciou a declaração do presidente da República, através do chefe do Gabinete Civil, no segundo andar e não no quarto. O subchefe para Assuntos de Comunicação, Carlos Henrique Santos, responsável pela convocação dos jornalistas, só deixou a sala de entrevistas após assegurar-se de que todos estavam ali.

João Batista de Abreu, Saulo Ramos, José Ribas Neto (secretário de Orçamento e Finanças do Ministério da Fazenda) e Maurício Vasconcelos (subchefe do Gabinete para Assuntos de Economia), deixaram o gabinete de Costa Couto, sem serem incomodados pela imprensa. O ministro-chefe do Gabinete Civil justificou-se dizendo apenas que «nos estávamos discutindo o Orçamento da União para 1989».